EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA em REVISTA

ISSN 2594-4827
Volume 8 / Nº. especial / Ano 2024 – p. 126-151
DOI: https://doi.org/10.36524/profept.v8iEspecial.3131

POR QUE É BOM GASTAR E DÓI POUPAR? UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EPT

WHY IS IT GOOD TO SPEND AND IT HURTS TO SAVE? A DISCURSION ON TEACHING FINANCIAL EDUCATION AT EPT

[1]Elizabeth Fernandes.
[2]Luiz Claudio de Almeida Teodoro.

[1]CEFET MG. elizabethfernandes10@gmail.com.
[2]CEFET MG. luiz.teodoro@cefetmg.br
*Autor de correspondência

Artigo aceito em 26/05/2024 e publicado em 06/03/2025.

Resumo: Este artigo visa complementar a discursão sobre o ensino da Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio (EPTNM). O modelo de ensino da educação profissional e tecnológica (EPT) é voltado para a formação integral do aluno, sua preparação para o mundo do trabalho, para viver em sociedade. A educação financeira foi inserida de forma explícita na Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio (BNCC) em 2017. O sistema econômico adotado no Brasil, é o capitalista. Há dinheiro envolvido em tudo, ainda que indiretamente, no entanto pesquisas apontam que há dificuldades dos brasileiros no gerenciamento de finanças pessoais. Diante desses fatores, por meio de pesquisa documental nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) foi possível levantar o conteúdo abordado sobre a educação financeira e sua forma de abordagem em sala de aula. O principal resultado foi a comprovação de que esse tema é lecionado no segundo ano do ensino médio integrado com uma abordagem mais voltada para a matemática financeira. Mas será que essa abordagem auxilia os discentes no processo de tomada de decisão relacionadas ao dinheiro?

Palavras-chave: educação financeira; ensino médio integrado; EPT; BNCC; finanças comportamentais.

Abstract: This article aims to complement the discussion on teaching Financial Education in secondary level Professional and Technological Education (EPTNM). The teaching model of professional and technological education (EPT) is aimed at the student's comprehensive training, their preparation for the world of work, to live in society. Financial education was explicitly included in the National Common Curricular Base for secondary education (BNCC) in 2017. The economic system adopted in Brazil is capitalist. There is money involved in everything, albeit indirectly, however research shows that there are difficulties for Brazilians in managing personal finances. Given these factors, through documentary research in course pedagogical projects (PPC) it was possible to survey the content covered on financial education and how it is approached in the classroom. The main result was the proof that this topic is taught in the second year of integrated high school with an approach more focused on

financial mathematics. But does this approach help students in the decision-making process related to money?

Keywords: financial education; integrated secondary education; EPT; BNCC; behavioral finance.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é preparar os indivíduos para o mundo do trabalho por meio de uma formação integral, o que significa que, preparar os discentes para viver em sociedade passa pelo conhecimento sobre finanças pessoais. Partindo da adesão epistemológica à perspectiva da educação sócio-histórica, considerou-se a relevância do estudo devido ao fato da temática educação financeira ter sido inserida na BNCC de forma explícita, estarmos inseridos no modelo econômico capitalista e a formação integral do discente ser indissociável da educação técnica e propedêutica.

Assim, a pesquisa tem como objetivo principal trazer em linguagem simples e clara múltiplas perspectivas sobre a educação financeira na EPTNM, incentivando a discussão com o intuito promover avanços na educação profissional e tecnológica de nível médio. Busca também responder a questão: A abordagem adotada em sala de aula auxilia os discentes no processo de tomada de decisão relacionadas ao dinheiro? Foi realizada uma investigação sobre os conteúdos de educação financeira presentes nos Projetos pedagógicos dos cursos (PPCs). Neste artigo serão apresentados pontos de discursão acerca do tema e os resultados desta investigação documental.

2. A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO INTEGRAL

A Constituição Federal de 1988 estabelece no seu artigo 205 que a educação, além de ser um direito de todos, deve prezar pelo “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Neste sentido, de acordo com a Lei 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação “abrange os processos formativos” do indivíduo de variadas formas e momentos. A educação começa no ambiente familiar, entre vizinhos e amigos, no ambiente educacional formal e não-formal. O sistema educacional já teve concepções bem definidas como a educação religiosa, com atuação dos Jesuítas no século XVI, até a implantação da educação pública com ideais laicos, passando por reformas inspiradas pelo movimento iluminista, no século XVIII. Diferentes e renomados autores do século XX e XXI como Vygotsky, Paulo Freire e Dermeval Saviani já publicaram sobre o papel da educação na sociedade.

Lev Semionovitch Vygotsky, psicólogo e teórico russo, nascido em 1896, na antiga União Soviética. Morreu em 1934, mas teve publicações póstumas em 1978. Ele defendia que o ambiente é que dita o comportamento do indivíduo e que a interação desse indivíduo com o ambiente externo é o que faria a construção do conhecimento. Segundo Meira (2008, p.11) Vigotski afirma que “o desenvolvimento do psiquismo humano é sócio-histórico, já que é estruturado no seio da atividade social dos indivíduos.” Ainda de acordo com Meira (2008), para o psicólogo russo, a participação do indivíduo na sociedade é que irá desenvolver seu

conhecimento, pois “a matéria-prima de todo o desenvolvimento humano é a cultura.” (MEIRA, 2008, p. 2).

A cultura não será absorvida por si só, a sua transmissão é feita por meio de outra pessoa, um interventor, um adulto, um mestre. Pode-se entender que quanto maior a interação do indivíduo com o ambiente, com a cultura em que se encontra, maior é o desenvolvimento do seu conhecimento. Vygotsky não ignora as funções psicológicas individuais, com as quais todos nasceram, que ele intitula como funções biológicas. Nas suas pesquisas ele percebeu que crianças com o mesmo quociente de inteligência (QI) aprendem de formas e em tempos diferentes e que há uma distância entre as fases de desenvolvimento do aprendizado. Vygotsky conceitua como zona de desenvolvimento proximal (ZDP):

> (...) a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 2007, p. 97)

A ZDP define o nível de habilidade do indivíduo de solucionar algum problema ou situação com as funções cognitivas que possui, sem a ajuda de terceiros e, como esse aprendizado é afetado com a interação com alguém que já saiba como resolver, que tenha a solução cultural do problema. Através do convívio social há um aumento da complexidade do pensamento, ou seja, o ser humano aprende a ser um ser social por meio da cultura em que está inserido, determinando assim a experiência e convívio social como o processo de aprendizagem do indivíduo.

Neste contexto, pode-se afirmar que a educação não se resume a um processo de transferência de conhecimento. Paulo Freire apresenta argumentos que ampliam as teorias do pensador russo.

Paulo Reglus Neves Freire, educador, pedagogo e filósofo brasileiro, viveu entre 1921 e 1997. Freire acreditava que a educação era muito mais do que uma transmissão de conhecimento (FREIRE, 1996). Para ele, a cultura deve ser utilizada com respeito à realidade do indivíduo e como ferramenta de ensino. Uma de suas teorias ficou conhecida como “a pedagogia do oprimido” por voltar seu olhar para os indivíduos que apresentavam maior distanciamento ou acesso à educação. O processo educacional, segundo Freire, deve perpassar pelo diálogo entre os sujeitos, trazendo uma conscientização sobre os temas e consequentemente um processo de libertação para que os indivíduos criem sua própria realidade (FREIRE, 1996, p. 35). A educação, segundo Paulo Freire, tem a capacidade de mudar a realidade dos homens, principalmente se ela ocorrer de forma libertadora e não dominadora. A educação dominadora é considerada como a pura replicação, transferência de conhecimento.

> Deixe-me dizer de novo que a teoria ou a prática da educação concebida como pura transferência dum saber que apenas descreve a realidade, bloqueará a emergência da consciência crítica e reforçará o analfabetismo político. Nós devemos ultrapassar este tipo de educação e substituí-lo por outro tipo no qual conhecer a realidade e transformar a realidade serão questões recíprocas. Desta maneira, a educação, em vista de uma libertação, enquanto práxis autêntica, é simultaneamente um ato de conhecimento e um método para a transformação que os homens devem exercer sobre a realidade que procuram conhecer. Assim, a educação ou a ação cultural em vista duma libertação é uma práxis social, faz-se e refaz-se ela própria no processo no processo autêntico de sua própria existência. (FREIRE, 1997, p. 26).

Paulo Freire aponta a educação como uma “práxis social”, ou seja, como uma ação voltada para as relações sociais, utilizando a cultura para promover reflexões políticas, econômicas e morais, favorecendo o processo de libertação do sujeito. Conhecer a realidade e

transformá-la. Enquanto Vygotsky propusera que a cultura e a realidade influenciavam o indivíduo, Freire afirma que os mestres devem "saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (FREIRE, 1996, p. 25). Assim, o professor não deveria apenas replicar as informações, mas fazer com que essa mesma cultura se torne ferramenta propulsora para difundir um processo educacional que forme pessoas mais humanas, críticas e livres para escolher o caminho que melhor lhe convir. Vygotsky e Freire abordam a utilização da sociedade de formas diferentes. O primeiro como mediador do processo educativo e o segundo como ferramenta de observação e crítica.

Dermeval Saviani é professor, filósofo e pedagogo brasileiro. Nascido em 1943, Saviani identificou em suas pesquisas que a cultura influencia no processo educacional e que é importante vê-la de forma crítica para que haja uma transformação nos indivíduos de maneira a reduzir as desigualdades sociais (SAVIANI, 1999).

Saviani tem em sua teoria "pedagogia histórico-crítica" pontos de similaridade com Vygotsky e Freire. Alinhando a teoria de Saviani com a de Vygotsky é possível perceber a relevância da cultura e da práxis social como fatores decisivos no processo educacional. Já em relação às teorias de Paulo Freire, Saviani vê a cultura e o contexto social de forma crítica, analisando os impactos que a sociedade causa na educação e na formação do sujeito (SAVIANI, 1999).

Saviani apresentou o problema do abandono escolar e da marginalização na década de 1970, que apresentava altos índices e tendência de crescimento. Em seguida, como alternativa de resposta ao problema, ele divide a educação em 2 grupos teóricos: aqueles que enxergam na educação a solução dos problemas e aquele que vê o sistema educacional como causa do problema.

> Grosso modo, podemos dizer que, no que diz respeito à questão da marginalidade, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. Num primeiro grupo, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização. (SAVIANI, 1999, p. 15.).

Para Saviani (1999), o ponto central entre esses dois grupos que poderia resolver o problema do aumento do abandono escolar da marginalização é investir numa educação de qualidade, reduzindo a seletividade e a discriminação. Utilizando os fatores históricos e culturais com uma abordagem crítica de forma de minimizar a participação dos "interesses dominantes" na manipulação do ensino. Saviani também relaciona a formação docente com a qualidade da educação. Além das mudanças histórico-temporais que têm impacto direto na legislação, reformas e teorias pedagógicas, o autor cita a importância do fornecimento de boas condições de trabalho. Segundo ele, os professores mais qualificados e motivados resultam na formação de indivíduos mais críticos, conscientes, eficientes economicamente, "estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento." (SAVIANI, 2009, p. 12).

É plausível associar as teorias apresentadas de Vygotsky, Paulo Freire e Saviani com o disposto no artigo 205 da CF. A educação é um direito objetivo, cuja finalidade é desenvolver habilidades intelectuais, sociais e emocionais dos indivíduos. O processo de construção da educação passa por influências de diversos aspectos externos da pessoa como as crenças, a sociedade, sistema econômico. Neste contexto, pode-se destacar a educação financeira como um componente importante na formação integral do discente.

Além disso, com o propósito de ofertar uma educação igualitária, foi proposto um documento normativo que definiria a atuação do sistema educacional brasileiro. Esse documento é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A LDB regulamenta a forma de efetivar a educação para todos no Brasil. Nela ficou determinado que a educação será ofertada por fases classificadas em educação básica e superior. A Educação básica abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O artigo 22 desta lei estabelece que:

> A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996)

O ensino médio é considerado como etapa final da educação básica. Ele tem como objetivo consolidar os conteúdos trabalhados nos anos escolares anteriores e preparar o discente para sua atuação enquanto cidadão. A seção IV-A da LDB determina que o ensino médio poderá ofertar uma formação técnica voltada para o exercício profissional, a chamada Educação Profissional Técnica de Nível Médio, hoje, Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM). A seguir será descrito o processo de criação e evolução da EPT no Brasil.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT), de acordo com o Ministério da Educação (MEC) é uma modalidade de educação que tem como objetivo desenvolver o cidadão moral e profissionalmente.

> "A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar "para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. (BRASIL, 2018).

Há um termo que não pode passar despercebido pelo leitor no destaque acima: mundo do trabalho. Em especial na EPT há uma diferença entre os termos mundo do trabalho e mercado de trabalho. Entende-se a formação voltada para o mercado de trabalho aquela que atende unicamente aos objetivos da formação técnica, procedimental para o exercício da profissão. Já a formação para o mundo do trabalho é voltada para que o egresso esteja preparado para atuar profissionalmente e civilmente na sociedade, por meio de uma posição crítica e sustentável, efeito de uma formação social.

> Neste sentido, podemos inferir que a formação para o mundo do trabalho inclui inúmeras habilidades, conhecimentos e atitudes, porém, não se pode resumir que o trabalho se dá apenas na realização de técnicas. De acordo com a autora, apesar da precarização dos processos produtivos, na área de qualificação profissional têm ocorrido avanços, no sentido de ofertar não apenas qualificação profissional, mas também uma consciência coletiva enquanto classe trabalhadora (2002, p. 57). O processo de formação do trabalhador para o mundo do trabalho passa a ter uma dimensão social, para além do tecnicismo. (SOUSA e REIS, 2021, p. 10)

A história da educação profissional no país iniciou no Brasil colônia, mas foi apropriada como política pública em 1909, quando foram criadas dezenove unidades da Escola de Aprendizes e Artífices. Em 1927 as escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União são aprovadas pelo Congresso Nacional, três anos antes da criação do Ministério

da Educação. Na Constituição Federal de 1937 é reforçado a importância do ensino profissional como política pública de responsabilidade do Estado e com a participação de entidades civis como indústrias e sindicatos.

Em 1996, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da educação, a Lei número 9394, revogando grande parte da norma de 1961. Em 2008, a Lei 11741 trouxe uma série de alterações na legislação da LDB e determinou diversas medidas referentes à EPT.

Ainda segundo a referida lei de 2008, a educação profissional e tecnológica poderá ser desenvolvida na graduação e na pós-graduação e ainda de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Quanto às modalidades de EPT no ensino médio, na modalidade integrada, o discente ingressa no ensino regular e na educação profissional ao mesmo tempo e na mesma instituição, tendo ao final do período o certificado de conclusão do ensino médio e a habilitação profissional.

A Rede Federal de EPT foi criada pela Lei 11892 de 29 de dezembro de 2008, com o intuito de valorizar, diversificar e "potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer" (MEC, 2008).

Mesmo com a LDB em vigência havia uma percepção e posterior comprovação estatística de que a qualidade do ensino não estava sendo ofertada igualitariamente entre os diversos públicos, sendo claramente perceptível a diferença entre as escolas públicas e privadas. Dados de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), demonstram que ainda há uma diferenciação na qualidade do ensino. De acordo com os indicadores de rendimento escolar do referido ano, a taxa de aprovação dos alunos do ensino médio nas escolas privadas é 11,8% maior do que nas escolas públicas. A taxa de reprovação e de abandono nas escolas privadas é menor do que nas escolas públicas. O percentual de reprovação nas escolas privadas é de 2,4% contra 8,4% nas escolas públicas. Já a taxa de abandono representa, respectivamente, 0,7% nas instituições privadas contra 6,5% nas instituições públicas.

Diversos movimentos foram realizados no sentido de definir princípios curriculares e melhorar a qualidade do ensino, no entanto, os resultados ainda são pequenos. Um dos documentos mais recentes é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi publicada pela primeira vez em 2015, tendo sua última atualização em 2017. A educação tem a função de trazer a luz do conhecimento e pensamento crítico no envolto da escuridão das repetições massifistas. Há um movimento de manipulação das massas quanto aos objetivos finais de determinadas ações, que em geral são apresentadas como inevitáveis ou benéficas, mas que trazem prejuízos no decorrer do tempo (OLIVEIRA, 2021, p. 223). A crítica aqui, por exemplo, está relacionada à divisão do ensino em conteúdo obrigatório e não obrigatório, por privar o acesso do educando à conteúdos que poderiam contribuir para a sua formação enquanto ser social crítico e capaz de estar consciente de sua tomada de decisão e de justificar sua escolha. A BNCC é um normativo muito importante, possui pontos positivos e negativos, mas, é relevante olhar com atenção a aplicação da norma na educação.

Outro desafio da EPT é executar seu propósito de educação integral para o mundo do trabalho e não apenas concentrando forças no tecnicismo que serve às dinâmicas do trabalho. O tecnicismo, de acordo com Oliveira, Pantoja e Azevedo se torna um desafio na EPT por inserir a visão e os valores dominantes do mundo empresarial na escola.

> "o tecnicismo advogava a educação como a serviço de um projeto de desenvolvimento econômico, é tendo como principal finalidade a formação de mão de obra especializada para o processo produtivo, assim, segundo essa teoria, quanto maior a escolaridade, maior a produtividade do cidadão trabalhador ou quanto maior o nível de especialização, maior o nível de eficiência (MELO, 2012)". (OLIVEIRA, PANTOJA E AZEVEDO, 2019, p. 3-4)

E qual o problema do tecnicismo na EPT? Por ter uma finalidade voltada para a execução das tarefas que irão concretizar determinada atividade, ou seja, um passo a passo, há pouco espaço para a formação voltada para discussões e reflexões sobre seu papel no exercício da profissão e no mundo do trabalho como um sujeito ativo, como cidadão. Nesse contexto, o egresso está mais propenso a se tornar refém das armadilhas do mercado, apenas reproduzindo ações que muitas vezes são influenciadas por viés social. Tal situação pode contribuir com o aumento da desigualdade social no país.

A relação entre o tecnicismo e a desigualdade social foi pauta de uma pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, em que se investigou uma correlação entre o processo de expansão da rede de educação profissional e tecnológica com "uma política educacional tecnicista e a desigualdade de oportunidades entre os estudantes." (2023, p. 2). A expansão da Rede ocorreu de 2005 a 2014, passando de 144 unidades de ensino a 643 no final de 2018. Uma das conclusões expostas na pesquisa fluminense foi que o processo de expansão, sem dúvida, teve importância significativa na educação pública, no entanto ele não contribuiu com a redução da desigualdade social.

> Dessa forma, o processo de expansão do ensino técnico e tecnológico ocorrido na rede federal – fragmentando a educação em modalidades diferenciadas – apesar de ter fortalecido a educação pública e de qualidade no país, fomentou a divisão dos educandos em duas categorias distintas, onde determinado grupo privilegiado socioeconomicamente recebe uma oferta educacional para o prosseguimento nos estudos, enquanto à outra secção se destina a oferta educacional meramente para o trabalho (LIMA, MACIEL & PAZOLINI, 2019). (HAACK, FERREIRA, GONÇALVES, AZEREDO, 2023, p. 11)

Ainda em relação ao desafio da presença do tecnicismo na EPT está a Resolução CNE/CP Nº 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT), publicada pelo MEC em 2021. Essa resolução tinha como objetivo definir as diretrizes curriculares gerais, determinando critérios e princípios que deveriam ser observados na EPT. A DCNEPT chamou atenção por apresentar a maior parte do conteúdo voltado para o contexto laboral e neoliberal ao invés do educacional. Como exemplo, há uma modificação drástica na distribuição da carga horária de ensino, priorizando a qualificação profissional técnica em detrimento do currículo de formação geral. Ainda no mesmo ano de 2021, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) publicou uma nota de repúdio à DCNEPT. Segundo a ANPED, tal resolução foi publicada com o intuito de continuar o movimento de sucateamento da educação.

> (...) fragmentação da etapa final da educação básica, privando os filhos da classe trabalhadora mais empobrecida do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade e, ao mesmo tempo, promovendo sua privatização via parceria público-privado que, na prática transfere recursos públicos à iniciativa privada para que ela, de um lado, defina a concepção de ensino e, de outro, oferte ou gerencie (administre, avalie e controle) a educação que será proporcionada à população (...) No caso específico das DCNEPT (...) configuram como ataques ao direito de todos à educação básica e profissional de qualidade socialmente referenciada. (ANPED, 2021).

Tiago Fávero de Oliveira, em "A Educação Profissional e Tecnológica a Partir das Novas Diretrizes: da Precarização à Privatização", realizou pesquisa com intuito de fomentar uma discussão sobre "o que motivou a publicação das Diretrizes? Que concepções ideológicas e teóricas fundamentam a proposta? Qual o impacto das mudanças apresentadas?" (Fávero, 2021, p. 2). Ao final do artigo, Fávero chega a conclusões semelhantes às apresentadas na nota de repúdio da ANPED. O trecho a seguir é uma citação mais longa que a de costume, no entanto, por estar muito bem colocada, será apresentada na íntegra:

> A análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica sinaliza para um movimento de contrarreforma neoliberal na educação brasileira, iniciado no Ensino Médio regular e que agora tem suas consequências na EPT. Tal movimento pode ser visto nos princípios, valores e finalidades atribuídos à formação profissional como também nas sinalizações que o texto faz para a realização de parcerias privadas, a precarização da docência, a flexibilização do ensino, entre outros. Fica evidente que o texto das Diretrizes se serve de uma estratégia já usada há muito tempo pelos reformadores empresariais da educação: a utilização de conceitos e expressões que criam um contexto positivo, transmitindo a ideia de que as contrarreformas, apesar de confiscarem direitos e trazerem efeitos devastadores para a população em geral, são inevitáveis e necessárias. A direção apontada pelas Diretrizes é clara: uma educação de bases neoliberais, mercadológicas e privatistas. Assim como a contrarreforma do ensino médio, as orientações trazidas pelas DCNEPT sinalizam para um tecnicismo que gera alienação e fragmentação, priorizando a formação para o exercício de determinadas ações profissionais, dentro da qual todo projeto formativo se reduz a treinamento. Sonega-se, neste ínterim, o acesso a conhecimentos básicos para a produção e reprodução da vida humana, bem como questões ligadas à arte, à cultura e à vida em seu sentido mais amplo. (FÁVERO, 2021, p. 19)

As colocações da ANPED e de Fávero (2021) sobre as DCNEPT de 2021 demonstram como as características neoliberais têm colocado os atributos da EPT de forma a causar sofrimento nos sujeitos por não se sentirem capazes de atender as expectativas de um "cidadão padrão". Preparar para o mundo do trabalho não significa que o discente deve ser empreendedor e único responsável por sua sobrevivência e sucesso financeiro.

> No quadro de extrema heteronomia, os indivíduos são alçados a agentes autônomos, capazes de agir livremente para satisfazer seus interesses. Sendo cada um convertido em "capital", os sujeitos passam a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica dos mercados. Em uma sociedade competitiva, os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificações a todo momento. "Especialistas dele mesmo, empregado dele mesmo, inventor dele mesmo, empresário dele mesmo: a racionalidade neoliberal pressiona o eu a agir sobre ele mesmo no sentido de seu próprio reforço para seguir na competição. Todas as atividades devem se comparar a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custo. A economia se torna uma disciplina pessoal" (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 412) Apud (SAFATLE, JUNIO, DUNKER, 2022, p. 48)

No livro Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico é demonstrado um ponto de vista sobre a doutrina neoliberal juntamente com uma análise do discurso político de sua atuação na sociedade. Em tese, a doutrina neoliberal "defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo" (Dicionário Oxford Languages, 2024), no entanto, o que seria uma restrição estatal serve para "trunfo do Estado" calando a sociedade a tornando responsável por ações que deveriam ser do governo. (SAFATLE, JUNIO, DUNKER, 2022, p. 27). Nesse contexto, o indivíduo além de ter que se preocupar em trabalhar para pagar as despesas relacionadas aos seus desejos pessoais, tem que dar conta de custos que deveriam ser responsabilidade do Estado, como saúde, educação e transporte, por exemplo. Há também que se falar no quesito saúde física e mental pois, o antes trabalhador que tinha direito a férias anuais, por exemplo, agora, como é patrão de si mesmo e, se não produzir não gera renda, se vê obrigado a trocar momentos de descanso por trabalho. (SAFATLE, JUNIO, DUNKER, 2022, p. 129)

A EPT, como já citado, tem como propósito final a formação de egressos preparados para o mundo do trabalho, ou seja, para se tornar um cidadão, capaz de gerar seu sustento por meio do trabalho, mas também um ser humano social e crítico. Essa formação se dá em sala de aula a partir do contato e discussão de diversos conteúdos como: história, geografia, artes, filosofia, sociologia, literatura, educação física, ciências biológicas, português, matemática, disciplinas técnicas… A formação integral passa pela aplicação de diversas práticas educativas.

2.2 A BNCC E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A BNCC tem como objetivo definir quais os conteúdos essenciais a serem ministrados na educação básica nacional garantindo, por meio da oferta desses conteúdos, que os estudantes possam realizar "as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos" (BRASIL, 2017, p. 5). As competências e diretrizes educacionais são comuns na educação básica, deixando o currículo educacional a cargo das instituições de ensino, respeitando suas características regionais e culturais.

A BNCC determina ainda que, as áreas de conhecimento deverão relacionar seu conteúdo de maneira a atender as competências gerais. Para isso, a BNCC organiza a forma de ensino em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As duas primeiras áreas do conhecimento, português e matemática, deverão ser trabalhadas, obrigatoriamente, nos três anos do ensino médio. Em seguida, há uma distribuição por itinerários formativos.

Itinerários formativos são as classificações dos conteúdos propedêuticos por área de atuação, "que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional". (BRASIL, 2017, p. 468). São cinco os itinerários.

Nessa última atualização da BNCC, o ensino deveria incorporar temas que estejam presentes no cotidiano dos estudantes. Característica que, à primeira vista é um fator positivo e que está alinhado aos propósitos de formação integral da EPT, no entanto, é passível de se analisar qual o viés será utilizado na abordagem dos temas. No capítulo da BNCC para o ensino médio está disposto a preocupação da atualização da norma voltada para promover uma formação de "sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis" (BRASIL, 2017, p. 463). Ser autônomo e responsável não significa se tornar autossuficiente e independente das ações do Estado, ponto de vista do Estado Mínimo Neoliberalista.

A educação integral que forma sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis é a propagada por Paulo Freire, uma educação libertadora. Essa sim, se assemelha em muito com o modelo de educação proposto para a EPT antes da DCNEPT de 2021. Abrir-se criativamente para o novo não é ignorar as conquistas sociais, é aprender sobre o Como, o Por Quê e o Pra Quê e com essas respostas tentar projetar as consequências de cada tomada de decisão. A BNCC apresenta os temas contemporâneos a serem abordados nos currículos das escolas para que sejam trabalhados de forma "livre" nas instituições de ensino, respeitando-se as características regionais de cada uma delas. O estudo amplo da temática contemporânea pode, sim, trazer benefícios para a formação integral. O parágrafo seguinte foi retirado da BNCC para o ensino médio. Nele, além de apontar os temas a serem abordados, direciona a forma como isto poderá ser feito, alinhando tais temas ao currículo das escolas, desenvolvendo nos estudantes habilidades para viver em sociedade.

> Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: (...), Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, <u>educação para o consumo, educação financeira e fiscal</u>, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BRASIL, 2017, p. 20-21). Grifo nosso

A educação financeira está presente, principalmente na competência da Matemática e suas tecnologias. No entanto, a classificação como tema transversal possibilita trabalhar com tal conteúdo em quase todas as competências gerais, também possibilita que esse conteúdo esteja presente nas competências específicas das demais competências gerais, ou seja, além da Matemática e suas tecnologias.

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PONTOS E CONTRAPONTOS

O caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil - Conteúdo Básico - conceitua a educação financeira da seguinte forma:

> A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países. (BANCO CENTRAL, 2013)

No destaque acima do Banco Central, também está presente a preocupação com o comportamento das pessoas ao lidar com as finanças. Além disso, é destacado o quanto as decisões individuais influenciam na economia. Esta dissertação está conceituando a educação financeira como um conjunto de informações básicas que irá auxiliar no processo de construção do conhecimento para uma tomada de decisão mais consciente sobre suas finanças pessoais.

Considerado como tema importante a ser abordado, dado o sistema econômico predominante, o capitalismo, em 2010 foi publicado o Decreto número 7397 que “institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em 2020 o Decreto número 10393, revoga o decreto de 2010, atualizando a ENEF e criando o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Esse decreto adicionou como finalidade, além da educação financeira, a educação securitária, previdenciária e fiscal no País e, ainda transformou o CONEF em um Fórum. O Decreto 10393 tem como objetivo fortalecer a cidadania através da educação financeira que, irá auxiliar no processo de tomada de decisão da população e consequentemente aumentar a segurança do sistema financeiro nacional. Seguindo os mesmos moldes do Decreto de 2010, a ENEF promove orientação e formação gratuita por meio de duas frentes de atuação. Uma voltada para a educação nas escolas e outra para adultos.

No ano de 2022 a Deputada estadual Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), protagonizou uma discussão no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que movimentou a mídia sobre a educação financeira nas escolas. Trecho da sua fala destacado na reportagem do Jornal O Globo faz uma crítica à educação financeira, pois, segundo a deputada, o problema não está na ausência do ensino do tema nas escolas, mas sim, na ausência de recursos financeiros.

> "Ridículo porque o problema das finanças das famílias cujos filhos estudam em escola pública não é de educação financeira, é de falta de dinheiro. O salário das pessoas não chega até o final do mês, então elas são obrigadas a se endividar para sobreviver, para comprar um botijão de gás, para comprar o arroz e o feijão" (O Globo, 2022)

A fala da Deputada Luciana Genro pode ser exemplificada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

de 2022. Conforme pode-se observar na Figura 1, 50% da população brasileira teve em 2022 uma renda per capita de R$ 891,00 por mês. Para essa metade da população os termos educação financeira, controle orçamentário, investimentos podem estar muito distantes de sua realidade. A Figura 1 também demonstra que houve um crescimento no valor da renda per capita entre 2021 e 2022. Isso demonstra que há uma variação positiva, mas não expressiva, nesse índice. Com isso, pode-se afirmar que, a educação financeira é um instrumento que deve estar presente na educação básica, não como uma solução única e definitiva de todos os problemas financeiros e econômicos, mas como uma ferramenta de auxílio para que, numa mudança positiva de situação financeira esses sujeitos sejam capazes de tomar decisões financeiras de maneira mais consciente.

Figura 1: Rendimento mensal médio no Brasil - 2021/ 2022

Rendimento médio mensal real* *per capita* (R$)

Segundo as classes de percentual de pessoas

Classes de percentual das pessoas	Reais			(%)	
	2012	2021	2022	Variação 2022-2021	Variação 2022-2012
Até 5%	82	43	87	▲102,3%	▲6,1%
Mais de 5% até 10%	217	162	239	▲47,5%	▲10,1%
Mais de 10% até 20%	344	308	378	▲22,7%	▲9,9%
Mais de 20% até 30%	493	460	547	▲18,9%	▲11,0%
Mais de 30% até 40%	645	615	703	▲14,3%	▲9,0%
Mais de 40% até 50%	824	790	891	▲12,8%	▲8,1%
Mais de 50% até 60%	1045	1015	1120	▲10,3%	▲7,2%
Mais de 60% até 70%	1283	1249	1342	▲7,4%	▲4,6%
Mais de 70% até 80%	1680	1619	1747	▲7,9%	▲4,0%
Mais de 80% até 90%	2430	2347	2521	▲7,4%	▲3,7%
Mais de 90% até 95%	3821	3686	3901	▲5,8%	▲2,1%
Mais de 95% até 99%	7152	6842	6882	▲0,5%	▼3,8%
Mais de 99% até 100%	18772	17494	17447	▼0,3%	▼7,1%

Concentração de renda **32,5 vezes** Razão do rendimento entre o 1% de pessoas com maior renda e a metade da população com a menor renda.

*A preços de 2022

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS IBGE

Fonte: Agência IBGE de Notícias (2023).

Não é difícil encontrar na internet histórias de celebridades que eram consideradas ricas e atualmente mal se sustentam, ou que adquiriram casas e carros de luxo mas não conseguiram arcar com os custos de manutenção. Ou ainda que ganharam “uma bolada” na loteria ou outro tipo de premiação, mas perderam tudo por causa da má administração do dinheiro. São fatos diferentes: Não ter dinheiro e não ter educação financeira, mas, há que se pensar no quanto o discurso da educação financeira não está mascarando a ineficiente gestão do Estado na garantia dos direitos fundamentais e sociais da população.

Além da crítica ao acesso à renda por parte das famílias, há publicações que apontam os desafios, limitações e outros vieses relacionados ao ensino da matéria financeira nas escolas. Viviane Franco Augustinis, Alessandra de Sá Mello da Costa e Denise Franca Barros

fazem uma análise do discurso da educação financeira sobre a abordagem do Governo Federal do Brasil, de uma empresa privada com grande representatividade no mercado e a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). Nesse estudo as autoras chegam à conclusão de que há "um movimento global, ideal e exemplar de educação financeira" (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012, p. 80), uma padronização dos sujeitos a serem educados e um processo de transferência de responsabilidade referente a gestão do dinheiro por parte das pessoas.

> Será que os programas de educação financeira são realmente eficientes? Como educar financeiramente a população – de forma indiscriminada - se até mesmo os reguladores destes mercados têm dificuldades em compreender os novos serviços e produtos disponibilizados? (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012, p. 99)

A sociedade, sua economia e os fatores comportamentais são diversos. Padronizar a educação financeira, bem como o perfil dos sujeitos a serem atingidos por tal medida é um desafio. É necessário que haja um ponto de partida ou um referencial, no entanto, o engessamento dos conteúdos e práticas educativas podem alterar os resultados esperados e até causar sofrimento aos sujeitos.

> Um destes desdobramentos negativos seria a possibilidade de o próprio consumidor sentir-se culpado, mesmo após adquirir novos conhecimentos sobre economia e finanças, por suas falhas na promoção de seu bem-estar financeiro. Não acreditamos, porém, que isso seja benéfico para a sociedade. Com a crescente complexidade dos serviços e produtos financeiros, o consumidor não pode se sentir culpado por não ter sido hábil ao lidar com informações tão herméticas, inseridas em estruturas socioeconômicas tão poderosas. Acreditamos que, ao transferir a responsabilidade para os indivíduos do eficiente gerenciamento de suas finanças pessoais, os programas de educação financeira analisados encobrem e mascaram um lado perverso e danoso das relações mercantis. (AUGUSTINIS, COSTA; BARROS, 2012, p. 99)

Augustinis, Costa e Barros (2012) ainda levantam a discussão sobre qual o real propósito e participação governamental na proposição da educação financeira. Nas eleições para a presidência da república em 2022, mandato iniciado em 01º de janeiro de 2023, alguns candidatos apresentaram proposta com políticas públicas para o financiamento das dívidas das famílias brasileiras, ação que indica assumir uma parte da responsabilidade do poder público (ou apenas um discurso para ganho de votos?), mas não resolve o problema do endividamento. (CNN, 2022)

> As convergências nos discursos nos permitem, ainda, inferir que talvez o elemento discursivo comum entre governos, empresas privadas e organizações internacionais, no que se refere ao tema da educação financeira, seja a própria lógica de mercado. Nossa análise sugere que os objetos discursivos relacionados ao tema não são neutros e nem inocentes, uma vez que visivelmente beneficiam a atuação de alguns atores em detrimento de outros, e corroboram um tipo específico de mercado: o mercado livre neoliberal. De forma complementar, nos parece que os programas analisados de educação financeira, disseminados e aplicados como exemplares em diversos países, em grande parte produzem e reproduzem de forma negativa a estrutura de valores que perpetua uma visão de mundo baseada na sociedade mercantil. (AUGUSTINIS, COSTA; BARROS, 2012, p. 100)

Augustinis, Costa e Barros (2012) apresentam como alternativa a toda essa situação o investimento da educação como um todo, não apenas na educação financeira.

Paranhos e Vieira (2021) utilizaram pesquisa do Serasa realizada em 2019, que indica que "o número de pessoas inadimplentes superou 63 milhões em 2019, batendo um recorde histórico, representando mais de 40% da população ativa com problemas financeiros" (PARANHOS; VIEIRA, 2021, p.13). Paranhos e Vieira (2021) sustentam que a população

brasileira “têm dificuldades para gerenciar suas dívidas, não conseguem adquirir bens e apresentam despreparo para superar inconvenientes, como momentos de desemprego.” (PARANHOS; VIEIRA, 2021, p.14). Ainda segundo elas, a população não foi educada para pensar sobre dinheiro e o endividamento entre os jovens está relacionado às facilidades de consumo, grande oferta de crédito e necessidade de pertencimento. Paranhos e Vieira (2021) destacam ainda a influência e participação do sistema capitalista nas relações de consumo: “empresas e instituições financeiras que produzem bens de consumo instigam jovens e famílias a entrarem em um ciclo vicioso de endividamento.” (PARANHOS; VIEIRA, 2021, p.15).

A ineficiência na gestão financeira dos brasileiros não pode ser resultado apenas da falta de conhecimento sobre o tema. Além das influências do mercado, há também fatores psicológicos que interferem no comportamento das pessoas relacionados a finanças. Pesquisas e artigos científicos já foram publicados sobre esse assunto, inclusive relacionando a produção de neurotransmissores específicos com o processo de tomada de decisão. De acordo com Cosentino (2012), em sua tese de doutorado “Modulação Circunstancial do Desconto Temporal: Impacto de Estímulos sobre a Tomada de Decisão nas Esferas de Negociação entre Presente e Futuro”, nosso cérebro tem uma tendência a aceitar melhor ações que tragam resultados imediatos em contrapartida àquelas que irão proporcionar resultados no longo prazo.

> Na escolha entre recompensas iminentes e futuras, seres humanos e outros animais apresentam, geralmente, uma preferência em receber recompensas imediatas a postergadas (Kirby & Santiesteban, 2003). Essa preferência também é observada na escolha entre alternativas de curto e longo prazo. Em média, indivíduos avaliam mais fortemente o valor da recompensa mais próxima temporalmente se comparada à recompensa protelada (Green et al., 1996). (...) Assim, o valor subjetivo do benefício final sofre alterações em função de sua proximidade temporal. Esse valor subjetivo é a utilidade, definida como a medida de satisfação relativa, grau esperado de prazer ou felicidade, ou a vontade do consumo de uma ampla gama de benefícios e serviços (Bazerman & Moore, 2010, Gigerenzer, 2009, von Neumann & Morgenstern, 1944). Assim, é possível afirmar que a utilidade declina na medida em que aumenta o tempo para seu recebimento (Kirby & Marakovic, 1995; M. Takahashi et al., 2008). Essa tendência geral dos organismos para bens presentes, consumo imediato dos recursos disponíveis e recompensas imediatas, além da demanda de alguma forma de benefício para postergar essa tendência, é chamada de desconto do futuro (future discounting) (Daly & Wilson, 2005; Wilson & Daly, 2004). (COSENTINO, 2012, p. 22).

Essa tendência de comportamento de receber recompensas imediatas pode justificar o motivo do endividamento, pois existe a dificuldade de algumas pessoas em fazer uma poupança no momento presente para adquirir um algum produto ou serviço com preço de custo mais alto no futuro, ou ainda, a fazer uma reserva financeira para a aposentadoria. Tal dificuldade tem grande probabilidade de estar atrelada a uma emoção chamada desejo. Segundo o filósofo Gilles Deleuze, o desejo não é algo em si e finito, mas uma construção infinita que gera o “algo”. O desejo é o que irá criar a realidade, é o que irá tirar o sujeito da inércia para iniciar a produção do que se quer. Por isso essa emoção é tão explorada pelo capitalismo, pois é ela que irá colocar o sujeito em ação.

> O humano não deseja propriamente falando, como se fosse o sujeito do desejo. O desejo é que acontece nele, e o faz ser o que ele é — ou não. O desejo em mim é o mesmo desejo no lobo, na samambaia, nas rochas, na Lua, numa poesia de Pessoa ou numa canção de rock. O desejo ativa forças impessoais, não-figurativas, não-simbólicas, forças conspiratórias do Ser. Ele gera o real. Toda a realidade se cria no desejo e pelo desejo, num movimento para dentro e para fora, que se diferencia inclusive em si mesmo, uma vastidão intensiva. (CANVA, 2013, p. 271)

Identificar os desejos pessoais é algo que não é ensinado na escola ou mesmo no ambiente familiar. Não se deseja uma calça nova, mas a sensação de pertencimento que ela

proporciona. Se sentir como parte de um grupo é natural dos seres humanos e muito significativo para os jovens. O domínio das estratégias para manipular o desejo por parte do sistema capitalista têm grande influência sobre as decisões de consumo e financeira dos indivíduos. O ensino da educação financeira não é somente sobre números, mas sobre comportamentos.

> Com o crescimento da cultura do consumo a partir da metade do século XX, o igualitarismo quantitativo, no sentido acima descrito, também se ampliou, evidentemente com graus diferentes de autonomia, dos sujeitos para a construção de seu estilo de vida. (...) O universo da cultura do consumo será um recurso claro nesse processo. Os bens adquiridos serão fundamentais no processo de significação das propostas igualitárias e nas de distinção, que se alternarão no jogo identitário de acordo com as fronteiras culturais que se estabelecem ou se busca estabelecer. Por vezes, os objetos serão marcas de singularidade e separação. Em outras, serão instrumental decisivo para construção de pertencimentos e aceitação. (ENNE, 2011, p. 22-23)

Consoante com o trecho de Enne (2021) é possível ressaltar que, na busca pelo autoconhecimento e reconhecimento (desejo) os jovens têm utilizado o consumo como fator compensatório. Saber identificar o desejo e usar a razão em paralelo é um processo que poderia ser abordado nas escolas, propiciando na construção de comportamentos que irão contribuir para melhores tomadas de decisão financeira no futuro. Garcia e Maia (2020) propõem, na sua dissertação, que a população necessitaria de projetos voltados para a educação financeira desde a fase escolar, como forma de ensinar a como se proteger de possíveis imprevistos e se preparar financeiramente para a sua aposentadoria.

> Nesse sentido, percebe-se a necessidade de desenvolvermos projetos, durante a fase escolar, que promovam uma educação financeira capaz de auxiliar tanto na formação integral dos estudantes e futuros trabalhadores como na organização das finanças pessoais para o alcance do bem-estar financeiro ao longo da vida. Pois, entre as perdas dos direitos sociais, está o não acesso aos Sistemas Previdenciários, considerando-se que quase metade dos trabalhadores do mundo labutam na informalidade ou em setores desorganizados, não contribuindo para os programas de previdência, e perdendo, assim, o direito ao benefício. Dessa maneira, é importante a criação de políticas para aumentar o acesso, principalmente do trabalhador informal, autônomo ou de contratos flexíveis, aos planos de aposentadoria (MILHORANCE, 2017). (GARCIA e MAIA, 2020, p. 20)

Seria relevante que o processo de ensino da educação financeira abordasse também questões relacionadas ao comportamento psicológico e ao contexto social em que os sujeitos dessa educação estão inseridos. Garcia e Maia (2020) também voltam sua dissertação para além das ações financeiras. Na sua pesquisa elas destacam que a educação financeira nas escolas tem a função de trazer conhecimento, esclarecimento acerca do tema para os discentes, de modo que, suas decisões de consumo possam ser mais conscientes ao longo da vida. É interessante que as autoras utilizam de uma citação que vai de encontro com a inquietação da deputada Luciana Genro: “Como falar de educação financeira para aqueles que estão desprovidos de renda?” (O Globo, 2022).

> O estado de pobreza traz necessidades importantes, e uma delas é a escolha do critério de urgência na resolução dos problemas. No entanto, na maioria das vezes, situações de igual urgência são deixadas de lado pela falta de recursos. [...] No entanto, existe um elemento extra perigoso quando o assunto é educação financeira: o reforço de que o problema da pobreza é causado pela falta de conhecimento. Não é preciso muita investigação para ler que ‘a diferença entre o pobre e o rico é que o pobre trabalha pelo dinheiro e o rico faz o dinheiro trabalhar para ele’. Nessa crença, o pobre só é pobre porque não possui educação financeira. (STARTUP DA REAL, 2019, p. 90-93 apud GARCIA; MAIA, 2020, p. 23).

Conforme já descrito, a dificuldade com a gestão financeira individual não pode ser vista unicamente como responsabilidade do indivíduo. A dinâmica capitalista é voltada para a propriedade privada, para o lucro e para o consumo. A própria sociedade capitalista incentiva o consumismo com a perspectiva de obter cada vez mais lucro no mercado. Publicado em 1965, Packard denunciava em seu livro, a "Estratégia do Desperdício", o quanto o modelo de vida capitalista norte americano, que tem reproduções no Brasil, a indústria e o Governo incentivavam o consumo para que a economia se mantivesse em crescimento.

> Nossa economia enormemente produtiva… exige que façamos do consumo nosso modo de vida, que transformemos a compra e uso de mercadorias em rituais, que procuremos nossas satisfações espirituais, as satisfações do nosso ego, no consumo. Precisamos ter as coisas consumidas, queimadas, gastas, substituídas e jogadas fora, em ritmo sempre crescente. (PACKARD, 1965, p. 23).

O sistema capitalista tem uma forte participação em todas as áreas da sociedade. No livro Educar para Outro Mundo Possível, Gadotti (2007) também faz uma crítica a dificuldade em se realizar mudanças sociais efetivas com o sistema econômico capitalista e com o uso de doutrinas neoliberais. Segundo Gadotti (2007), esses modelos enfatizam a individualidade e a autossuficiência como qualidades únicas e indispensáveis para a sobrevivência e alcance de sucesso social. Para as pessoas autossuficientes não são necessários os direitos sociais, a prestação de serviços públicos para saúde, educação, transporte, pois, o ser humano que trabalha arduamente, se dedica ao crescimento pessoal e profissional, pode ser responsável por si em todos esses e demais requisitos, mais claramente falando, pode pagar por tudo isso e não precisa da intervenção do Estado com os serviços públicos. No trecho a seguir, Gadotti escreve sobre o que ele chama de ilusão do capitalismo:

> Necessitamos de uma economia solidária, que não coloque o mercado livre e o lucro como centro de tudo. As relações, recursos naturais, bens públicos, conhecimento, educação e, sobretudo, os seres humanos não devem estar sujeitos ao mercado livre. Não é só de comida que todos os seres humanos precisam. Precisam de dignidade, de poder para decidir sobre sua existência. Precisam de autodeterminação. O capitalismo cria ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais 'econômicos" (...). No entanto, a situação de partida é sempre desigual porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas (Mello e Novais, 1988, p. 581-2) (GADOTTI, 2007, p. 43)

Ainda que as oportunidades sejam iguais para todos e que a meritocracia se faça valer, há uma grande diferença nas realidades sociais.

A empresa Opinion Box Pesquisas S/A realizou uma pesquisa sobre comportamento financeiro nas classes CDE, em maio de 2022. O resultado expõe "dados inéditos sobre as finanças das famílias brasileiras que vivem com até 5 salários-mínimos por mês" (Opinion Box, 2022). Segundo o relatório da pesquisa, 7 em cada 10 pessoas consideram que aprender sobre educação financeira é importante. Em outro questionamento, foi avaliado a opinião dos entrevistados sobre a educação financeira. Utilizando a escala de Likert (discordo, discordo totalmente, concordo e concordo totalmente), os resultados podem traduzir o quanto as pessoas se sentiriam mais seguras se as informações sobre a educação financeira ocorressem no ambiente escolar. Desta forma, 88% das pessoas responderam que a educação financeira deveria ser ensinada nas escolas. 74% dos entrevistados acreditam que se tivessem aprendido sobre finanças no passado, teriam uma situação financeira melhor do que a atual. Outra informação importante extraída da pesquisa é que 40% dos entrevistados querem aprender sobre educação financeira, mas não sabem como encontrar a informação necessária sobre o assunto. Trabalhar o tema da educação financeira nas escolas pode reduzir o fator de insegurança financeira. Essa pesquisa do Opinion Box teve como amostra pessoas de 16 a 50

anos, sendo dessas 33% com faixa etária de 16 a 29 anos. 28% dos entrevistados com ensino médio completo, 14% com ensino superior em andamento e 28% com ensino superior completo.

Possivelmente, durante o ensino médio os jovens irão iniciar, ainda que de forma não planejada, a construção do seu projeto de vida, "desenvolvendo atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BRASIL, 2018, p. 8). A educação financeira é um tema que deveria ser abordado mais profundamente desde os anos iniciais escolares. O desconhecimento do assunto pode fazer com que os jovens tomem decisões financeiras sem mensurar o impacto delas em sua vida a curto ou a longo prazo. De acordo com a Pesquisa de Endividamento 2021 do Serasa:

> (...) em uma escala de 1 a 5, 64% das pessoas disseram que a pandemia impactou totalmente sua condição financeira. O impacto foi ainda maior entre as mulheres (70%) e jovens de até 30 anos (67%) (...)". (SERASA, 2021).

Danilo Pontual de Melo investiga em sua dissertação qual a abordagem utilizada pelos professores do ensino médio na relação entre a educação financeira e a matemática financeira. Segundo Melo (2019) esses dois termos são diferentes e devem ser abordados de forma diferentes em sala de aula:

> (...) enquanto a MF (matemática financeira) diz respeito à aplicação de fórmulas e técnicas matemáticas a dados financeiros, a EF (educação financeira) busca o desenvolvimento de uma postura crítica diante de situações financeiras, auxiliando os indivíduos no processo de tomada de decisões e, consequentemente, ajuda o sujeito a aprender a lidar com finanças, podendo utilizar como principal ferramenta a MF. (MELO, 2019, p. 16)

Melo (2019) demonstra com o resultado de sua pesquisa uma das principais dificuldades de se trabalhar a educação financeira na sala de aula. Os professores que participaram de sua pesquisa apontaram que o cronograma de aula previsto pela escola não comportava tempo suficiente para abordar a discussão do tema com mais profundidade.

> Em relação ao questionamento acerca de alguma mudança que poderiam realizar nas aulas ministradas, os dois professores concordam que na verdade o que falta é disponibilidade no calendário escolar para que a MF (matemática financeira), e por consequência a EF (educação financeira), seja incorporada ao programa curricular da disciplina, pois a aula só aconteceu por causa da realização do presente estudo. Para eles o próprio tempo destinado ao trabalho com a atividade foi insuficiente, no entanto, não existia disponibilidade para mais aulas, pois precisavam cumprir o cronograma previamente estabelecido pela escola. (MELO, 2019, p. 90)

2.3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA - ASPECTOS TÉCNICOS

Neste capítulo serão apresentadas referências relacionadas ao ponto de vista técnico da educação financeira: orçamento financeiro, consumo, endividamento, investimentos ou reservas. O objeto dessa pesquisa é ampliar o conhecimento sobre a educação financeira, principalmente nos assuntos que são menos discutidos, que estão relacionados a fatores comportamentais. No entanto, é importante que os aspectos técnicos que estão relacionados a matemática financeira e a administração também sejam observados. A matemática financeira é uma disciplina muito importante por ensinar aspectos relacionados a cálculo de juros, montante, lucro, prejuízo… No entanto, apenas esse conteúdo não é suficiente para preparar os discentes para realizar uma gestão financeira pessoal eficiente.

A educação financeira fornece diversas ferramentas para auxiliar no controle das finanças pessoais. Dentre as ferramentas está o orçamento financeiro que pode ser tanto

pessoal quanto familiar ou empresarial. Com o orçamento será capaz de verificar quais são as entradas de recursos financeiros (dinheiro) também chamadas de receitas e as saídas de recursos financeiros (pagamentos) que podem ser considerados como despesas. Ter o conhecimento dos números facilita na organização diária, mensal e inclusive no planejamento de objetivos de curto, médio ou longo prazo como a compra de algum item, uma viagem ou a aposentadoria. Se for iniciar um planejamento familiar, lembre-se de fazer em conjunto com todos os integrantes da família. Nas finanças, atuar como uma equipe pode ser decisivo no cumprimento dos objetivos traçados.

No capítulo seguinte será abordado algumas situações relacionadas ao controle do impulso de comprar. Agora que você já conhece sua capacidade financeira, o quanto entra e o quanto sai e ainda pode sair de dinheiro, é hora de pensar sobre como efetuar as compras com mais segurança.

Geralmente você tem a necessidade ou o desejo de comprar algo. Esse é o ponto inicial. O segundo ponto é como você irá pagar. Você pode olhar o saldo do banco, o dinheiro físico na sua carteira ou o limite do cartão de crédito. A sugestão aqui é, se não era uma despesa já prevista, primeiramente consulte o seu orçamento. Essa medida trará segurança e diminuirá as chances de inadimplência (não conseguir pagar a dívida).

Os investimentos são ferramentas financeiras em que, aplica-se um recurso financeiro com o intuito de se resgatar no futuro o valor inicial mais um valor a mais (lucro). Esse é o objetivo final, obter lucro. No entanto, existem diversos produtos financeiros no mercado que podem, a curto, médio ou longo prazo realizar esse objetivo ou gerar prejuízo, quando o valor resgatado é menor que o valor aplicado. Já as reservas, essas sim, devem ser feitas com atenção. Já diria o ditado: “quem guarda sempre tem!”. É importante organizar o orçamento com alguma reserva de dinheiro, seja para imprevistos no curto prazo ou mesmo para compor a sua renda mensal no futuro, quando você não conseguir mais trabalhar ou fazer a sua fonte de renda.

Se os itens acima forem observados é garantia de sucesso financeiro? Infelizmente não. Seja realista a sua condição econômica e busque melhorar cada vez mais sua qualidade de vida e saiba que, ainda que você faça tudo direitinho, ainda é possível cair em algumas enrascadas. Se ler a bíblia uma vez resolvesse, não haveria pecado no mundo, não é mesmo? Além do conhecimento técnico é importante estar atento ao comportamento frente às situações financeiras.

2.3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA - ASPECTOS COMPORTAMENTAIS

Neste capítulo será abordado como o conhecimento sobre o comportamento humano pode influenciar nas finanças pessoais dos sujeitos. A psicologia econômica ou comportamental é essencial para a formação integral dos alunos, pois, entender o comportamento humano contribui positivamente para a formação humana para a sociedade, não apenas para o processo de tomada de decisões financeiras.

E aqui, é importante observar que a tomada de decisão, em especial decisões financeiras, estão condicionadas a diversos fatores como crenças pré-estabelecidas, heurísticas e vieses comportamentais. O termo crenças lembra as palavras crer, acreditar, é uma verdade interna que cada ser humano carrega consigo. Nagata e Broens (2015) conceituam crenças da seguinte forma:

> A definição de “crença” assume dois sentidos diferentes relacionados ao papel da vontade humana no processo de aquisição de crenças. No primeiro sentido, a crença não envolve uma reflexão ativa

> por parte do agente, enquanto que, no segundo sentido, a crença exige uma adesão voluntária por parte do agente à validade de uma noção qualquer. (NAGATA; BROENS, 2015, p. 8)

O ser humano possui desejos inconscientes, respostas automáticas que podem ser ativadas por fatores como cultura e normas sociais. Também possui crenças e desejos que são reflexos de decisões que podem ter motivações racionais e/ ou emocionais. Ou seja, as crenças assim como podem ser ativadas também podem ser criadas, modificadas ou eliminadas. Leite (2009) pondera que:

> Considerando que a estrutura cognitiva pode ser pensada como um conjunto de crenças, que são formadas a partir de observações e conclusões geradas pelo próprio indivíduo, pode-se entender que a persuasão é uma consequência das influências causadas na estrutura de crenças e suas associações com o objeto em consideração. Dessa forma, a persuasão pode ocorrer tanto por salientar crenças já existentes, como por modificar crenças já existentes e/ou incluir novas crenças. Assim para a persuasão ocorrer depende de uma (ou várias) influência(s) na estrutura das crenças, sendo que isso pode acontecer devido a um esforço externo ao indivíduo (ex. todo gato preto traz azar) e/ ou interno ao indivíduo por uma conclusão (ex. dono de gatos pretos não acham ter azar). (LEITE, 2009, p. 71)

Leite (2009) destaca a resultante da propaganda comercial enquanto efeito externo na afetação das crenças e como isso pode impactar no comportamento humano. O sistema cognitivo irá então apresentar resposta aos estímulos. Essas respostas podem ser emocionais e racionais ou emocionais ou racionais. Nesse processamento das informações, espaço entre a intenção e ação estão as heurísticas e os vieses.

Herbert Alexander Simon foi um pesquisador da psicologia cognitiva. Em 1978, foi agraciado com o Prémio Nobel de Economia, pela sua "pesquisa precursora no processo de tomada de decisões dentro de organizações econômicas" (Wikipedia, 2023). Em suas pesquisas foi detectado que:

> O reconhecimento do ambiente complexo e dos limites cognitivos do ser humano, levaram-no a propor mecanismos usados para facilitar o processo decisório. Dentre eles, salientou como o mais importante o uso de heurísticas, regras que simplificam a tomada de decisão. (FERNANDES, 2010, p. 5)

Heurísticas são regras, ações automáticas executadas com o objetivo de reduzir o gasto calórico em certas tomadas de decisão. A tendência é que o ser humano haja por repetições e que estas virem hábitos. Os vieses são erros de julgamento no processo de tomada de decisão que podem fazer com que as escolhas não sejam tomadas pela racionalidade, mas para evitar um desconforto cognitivo, físico ou emocional, ocasionando em “busca por soluções satisfatórias e não ótimas”. (FERNANDES, 2010, p. 11)

O processo de tomada de decisão no cognitivo humano ocorre acessando áreas cerebrais que atuam tanto no sistema emocional (límbico) quanto no sistema racional (neocórtex). O sistema límbico tem muita relação com a emoções e com a memória (PEREIRA, 2009) e ele age mais rapidamente que o sistema racional, que necessita de mais tempo para avaliar as informações e só então, tomar uma decisão. O ensino de educação financeira nas escolas é relevante por auxiliar os discentes fornecendo informações importantes sobre a gestão financeira pessoal. Informações sobre a organização do orçamento, utilização de crédito, planejamento para o futuro e a relação com o consumo são essenciais para compor uma tomada de decisão entre, por exemplo, comprar a pipoca do cinema ou guardar o valor da pipoca para comprar um tênis. No entanto, conforme já exposto nesta pesquisa, a relação pessoal com o dinheiro não se limita apenas a decisões racionais. Entender como o cognitivo humano funciona, ainda na fase escolar, pode contribuir positivamente com a construção de hábitos financeiros mais saudáveis, como poupar para o futuro.

Diante das características gerais das heurísticas, dos vieses e da rejeição do cérebro em gastar energia, pode-se concluir que uma excelente alternativa para tomar boas decisões, sem aumentar o gasto calórico é criar e implementar bons hábitos. Quando as ações tornam-se rotinas, viram heurísticas, ou seja, ativam o modo de funcionamento automático.

Ferreira (2023) faz 3 alertas em seu livro Decisões Econômicas - Já parou para pensar? O primeiro é que nós estamos envoltos em 3 tipos de realidades diferentes: a externa que é a nossa relação com a sociedade e com o ambiente, a interna que está associada aos desejos individuais e aos "impulsos instintivos" e a terceira que é a realidade psíquica que se trata da mescla da realidade interna e externa. Essas 3 realidades fazem com que as pessoas tenham pontos de vista diferentes. O segundo alerta esclarece que "nossas emoções surgiram há milhares de anos antes do que nossa razão (...)" (FERREIRA, 2023, p. 91), e estão vinculadas aos instintos de sobrevivência e com isso, precisam ser atendidos de imediato (se pensarmos no período dos homens das cavernas, não havia geladeira para estocar comida, por isso era necessário comer muito e no momento presente). Nosso cérebro teve pouca evolução nesse quesito, deixando assim que a razão (pensamento analítico) continue em segundo plano em relação às emoções. O terceiro alerta é que não temos plena ciência da maior parte dos conteúdos presentes na mente humana e que "os conteúdos inconscientes obedecem, basicamente, a uma lei: a lei do nosso desejo." (FERREIRA, 2023, p. 92). Feito esses alertas pode-se concluir que, muitas das nossas ações são influenciadas pelo meio, por nossas crenças e tendem a ser impulsivas e não racionais. O emocional tem então, um super poder: o desejo.

Para Ferreira (2023) desejo e necessidade são coisas diferentes. A necessidade está relacionada a fatores fisiológicos básicos como comer, beber, dormir… Já o desejo tem a ver com a personalidade de cada um e, portanto, é mais emocional. O professor Hélio Couto disse em uma de suas palestras que "não há como pensar em adquirir casa, carro, ter sucesso na carreira quando se tem fome, ou seja, até que sejam supridas as necessidades básicas, não se passa para o próximo nível. Essa afirmação não significa que uma pessoa com fome também não possa ter desejos, o que se pretende ao diferenciar esses dois conceitos é: ninguém tem desejo ou necessidade de dinheiro, mas sim, do que ele pode proporcionar. "Queremos satisfazer tanto os nossos desejos como as nossas necessidades" (Ferreira, 2023, p. 95). Vencida a fase basilar da hierarquia das necessidades de Maslow, o desejo assume o controle emocional causando desconforto até que ele seja atendido.

Alguém pode falar: quero ganhar na loteria! Na verdade, o desejo está ligado aos benefícios que podem ser conquistados por meio do dinheiro do prêmio. Se o desejo fosse efetivamente ganhar na loteria, ao realizá-lo, o ganhador não teria interesse no prêmio e doaria 100% do valor. O não desejo pelo dinheiro inclusive justifica os casos de compradores compulsivos: O que sacia o desejo, nesta situação, é o ato de comprar, não o produto em si (Ferreira, 2023, p. 94). Então, é errado desejar? Não, jamais, até porque os seres humanos têm ambas as capacidades ativas, a racional e a emocional. O problema é que quando não se satisfaz o desejo surge um sentimento de desprazer e frustração e uma dificuldade em lidar com esses sentimentos e seus possíveis efeitos:

> (...) desânimo, raiva, exasperação, ódio, vontade de descarregar de alguma forma (comendo, comprando, arrumando briga, quebrando as coisas, engravidando, bebendo, usando drogas, jogando bola, fazendo uma tatuagem - ou seja, fazendo qualquer coisa que, naquele momento, possa representar um tipo de alívio para tensão que surgiu com a falta de gratificação almejada - o ato em si não importa a questão é a sua função ali. Se tentarmos evitar esse sentimento de frustração por meio de algum tipo de evasão, chegamos até aí, apenas. É chato sentir essa coisa desagradável de não ter o que se quer, então a gente dá um jeito de fazer de conta que não está sentindo e pronto. O galho é que isso costuma ser feito à custa de sacrificar o nosso contato com a realidade. (FERREIRA, 2023, p. 96)

Essa perda de contato com a realidade pode estar ligada ao uso excessivo das heurísticas e que acabam se tornando vieses. Nosso cérebro quer nos proteger, evitar o gasto de energia desnecessário. Assim, para evitar o gasto calórico com tomadas de decisão racionais, muitas ações são executadas de modo automático. Esse modo automático são pequenos atalhos mentais chamados heurísticas. A priori as heurísticas nos auxiliam a tomar boas decisões. Também temos dificuldade em lidar com a frustração, isso pode ensejar um raciocínio mental para sair da situação de desprazer e consequentemente aumentar o gasto de energia.

Ferreira (2023) cita conceitos de aspectos do funcionamento cognitivo na tomada de decisão. Segue abaixo alguns exemplos de situações em que se pode verificar tais aspectos:

Ilusão: É baseado numa expectativa de resolução rápida e definitiva para os problemas. Um exemplo pode ser ganhar na loteria. O problema dessa cilada cognitiva é enxergar oportunidade de enriquecimento rápido, e se tornar vítima de golpes ou investimentos muito arriscados.

Comportamento de manada: Seguir o que a maioria está fazendo. Esse padrão de comportamento diminui o gasto de energia com a avaliação da situação, seguindo o movimento que outros estão fazendo. Um exemplo é entrar na loja mais cheia por achar que tem algo na promoção, mesmo que não tenha interesse inicial de comprar algo lá.

Contas mentais: Esse viés está atrelado à memória. A pessoa acha que tem certa quantia depositada no banco ou determinado valor em despesas no mês, faz uma conta mental ao invés de consultar o orçamento para saber se é possível comprar algo naquele momento e com aquela forma de pagamento. Como o desejo fala mais alto, a pessoa pode fantasiar novas receitas ou fazer ajustes mentais no orçamento que podem não funcionar na realidade.

Escolha intertemporal e dificuldade de adiar a satisfação: Se uma pessoa desconhecida parasse outra na rua e dissesse: Tenho uma nota de R$ 50,00. Você gostaria que eu te desse agora ou R$ 100,00 mês que vem? Esse viés tem muita influência do tempo presente. Ainda que o valor futuro seja maior, há uma insegurança de não chegar lá e perder o que já está disponível.

Aversão à perda: Está relacionada ao ambiente externo. Em tese, aceita-se o risco de um investimento, mas não aceita-se a perda do valor investido. Um exemplo seria as apostas e cassinos. A perda de oportunidade também entra aqui. Compre agora, esse é o último item com desconto ou tem outro cliente que também tem interesse nesse item, se você não comprar, ele irá!

Você que está lendo este artigo, tinha conhecimento de alguns desses conceitos anteriormente? Se teve, você os obteve na escola, no ensino médio? Se não teve, faria diferença na sua vida financeira se os tivesse conhecido no período escolar?

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa documental será utilizada por meio do acesso ao projeto pedagógicos dos cursos ofertados em um CEFET do estado de Minas Gerais para colher informações sobre o objetivo de cada curso, a organização curricular, o perfil do egresso e as disciplinas a conteúdos trabalhados em cada ano do ensino médio integrado.

Os pontos analisados foram: O curso, a justificativa para sua criação, os objetivos, a organização curricular e o perfil do egresso.

Foram analisados os PPC´s de 06 cursos integrados: Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em edificações, Técnico em equipamentos biomédicos, Técnico em Informática e Técnico em redes de computadores.

No geral as justificativas para a criação dos cursos estão atreladas à demanda de profissionais especializados em cada área de atuação e ao avanço científico e tecnológico que é usado cada vez mais para solução de problemas. Os objetivos dos cursos são diversos em suas especificidades, mas unos no quesito formação integral do discente, formação, humanística científica e tecnológica e preparação para o mundo do trabalho. No quesito organização curricular foi investigado a presença da educação financeira ou de conteúdo semelhante em todas as disciplinas de cada curso. Foi observado a presença de matérias relacionadas a matemática financeira, na disciplina de matemática, em todos os cursos no segundo ano do ensino médio integrado. As matérias a serem trabalhadas em todos os cursos são: Taxa de porcentagem, Lucro e prejuízo e Juros simples e compostos. O perfil do egresso, assim como os objetivos, tinha características próprias de cada perfil profissional e habilidades comuns como o desenvolvimento social e ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos projetos dos cursos, foi possível comprovar que há a presença da matemática financeira nos conteúdos dos alunos do segundo ano. Somente com a análise dos PPC´s não foi possível determinar a forma de abordagem das matérias relacionadas às finanças em sala de aula. Tal investigação será realizada por meio de entrevista semiestruturada a ser realizada com os discentes. Mas a priori, é possível perceber que, diante do universo de situações relacionadas a gestão financeira, ínfimo conteúdo é trabalhado nos moldes atuais.

5 CONCLUSÕES

Respondendo o título do artigo: É bom gastar e dói poupar porque nosso instinto natural está voltado para a sobrevivência, para o imediatismo e os agentes de poder do nosso sistema econômico sabem disso e sabem como explorar essa característica na sociedade. Institivamente preferimos gastar com um item agora a poupar para algo maior no futuro porque é esse movimento que traz a sensação de prazer. Cabe a cada um, através de conhecimento do comportamento humano e das ferramentas disponíveis identificar, analisar e escolher o que lhe convém de acordo com seus objetivos. O conhecimento liberta e, levar esse saber amplo, essa conscientização sobre a educação financeira para os discentes da EPT é o início de um real movimento social de educação financeira.

REFERÊNCIAS

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Nota de Repúdio às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica. 2021. Disponível em: https://anped.org.br/news/nota-de-repudio-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-

AUGUSTINIS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca. Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, n.3, p.79-102, setembro/dezembro, 2012. Disponível em:

https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/553/291. Acesso em 29 jun. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 24 jun. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 30 jun. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 5.840, De 13 De Julho De 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.html. Acesso em 29 jun. 2023.

BRASIL. FBEF. Decreto Nº 10.393, De 09 de Junho De 2020.
Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em 29 jun. 2023.

BRASIL. ENEF. Conceito de educação financeira. Disponível em: https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/sobre/a-semana. Acesso em 03 jun. 2024.

BRASIL. IBGE. Em 2022, mercado de trabalho e Auxílio Brasil permitem recuperação dos rendimentos. Disponível em: https://abrir.link/gKJoM. Acesso em 05 fev. 2024

BRASIL. Lei nº 11.741, De 16 De Julho De 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em 26 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Histórico da BNCC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=Em%2016%20de%20setembro%20de,vers%C3%A3o%20da%20BNCC%20%C3%A9%20disponibilizada. Acesso em 29 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 jan.2024.

CANVA, Bruno. O anti-Édipo capitalismo e esquizofrenia de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Revista UFRJ, Edição n. 37-38, 2013. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/52355. Acesso em 03 jun. 2024.

CNN. Conheça os planos de governo dos candidatos à Presidência. 01/10/2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/conheca-os-planos-de-governo-dos-candidatos-a-presidencia/. Acesso em 29 jun. 2023.

CNN. Você tem dívida ou está endividado? Saiba a diferença entre os termos. Disponível em: https://abrir.link/IMaQk. Acesso em 12 fev. 2024.

COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. Disponível em: https://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teoria_e_a_influencia_na_educacao.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

COSENTINO, Leonardo Antonio Marui; OTTA, Emma. Modulação circunstancial do desconto temporal: impacto de estímulos sobre a tomada de decisão nas esferas de negociação entre presente e futuro. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-08022013-152736/en.php. Acesso em 11 jul. 2023.

COSTA, Gal. Modinha para Gabriela. 1988. Disponível em https://www.letras.mus.br/gal-costa/46118/. Acesso em 15 jan. 2024.

COSTA, Luma. Quais as diferenças entre integrado, concomitante e subsequente?. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Disponível em:<http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/1866-quais-as-diferencas-entre-integrado-concomitante-e-subsequente>. Acesso em 08 nov. 2022.

DALLABONA, Carlos Alberto; FARINIUK, DALLABONA, Tharsila Maynardes. EPT No Brasil: Histórico, Panorama e Perspectivas. Revista do programa de pós-graduação em educação. 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/3899. Acesso em 23 mar. 2023

DE MELLO FERREIRA, Vera Rita. Decisões econômicas: você já parou para pensar. Rio de Janeiro. Alta Books. 2023.

DE OLIVEIRA, T. F. A Educação Profissional e Tecnológica a partir das Novas Diretrizes. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, p. 205–228, 2021. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1039/815. Acesso em 15 jan. 2024.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html. Acesso em 12 fev. 2024.

ENEF. Quem Somos. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/?doing_wp_cron=1687642413.2251169681549072265625. Acesso em 24 jun. 2023

ENNE, A. L. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. Comunicação Mídia e Consumo, [S. l.],

v. 7, n. 20, p. 13–35, 2011. DOI: 10.18568/cmc.v7i20.203. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/203. Acesso em: 4 jun. 2024.

EVARISTO, Conceição. Imagens: Lobo do Lobo e a Literatura Latino- Americana. 2022. Instagram Afrofile e Theintercptbrasil. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C1sY55NP-LP/?igsh=ZDh0cmR4aWwzYnUx. Acesso em 05 fev. /2024

FÁVERO DE OLIVEIRA, T. A Educação Profissional e Tecnológica A Partir Das Novas Diretrizes: Da Precarização À Privatização. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 205-228, 2021. DOI: 10.36524/profept.v5i2.1039. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1039. Acesso em: 08 jan. 2024.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. Psicologia econômica: origens, modelos, propostas. PUC-SP, 2007. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17173. Acesso em: 13 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. O Processo de Alfabetização política. Revista da FAEBA, n°7. Salvador.1997. Disponível em: /https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/6f00786a-99ea-4c6d-9b3f-c662a0e3a93d/content Acesso em 29 out. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

GARCIA, Aline Cristina de Medeiros; MAIA, Sonia Cristina Ferreira. Educação Financeira e Economia Comportamental na Educação. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10119408. Acesso em 29 out. 2023.

HAACK, D. M. P. et al. Educação Tecnicista e Desigualdade Social: A Influência Mercadológica no Processo de Expansão da Rede Federal de Educação no Brasil. CONTRADIÇÃO –Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais , 2023. Disponível em: https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/106/147. Acesso em 08 jan. 2024.

HERBERT SIMON. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Herbert_Simon&oldid=66493626>. Acesso em: 27 ago. 2023.

HIERARQUIA DE NECESSIDADES DE MASLOW. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hierarquia_de_necessidades_de_Maslow&oldid=65401296 . Acesso em: 13 fev. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Taxas de rendimento escolar. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar. Acesso em: 18 out. 2023.

LEITE, F. V. A Propaganda Contraintuitiva E Seus Efeitos Em Crenças E Estereótipos. Universidade De São Paulo Escola De Comunicações E Artes : [s.n.]. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-07062013-121545/publico/FranciscoLeite.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. Zona de Desenvolvimento Proximal e o comportamento organizacional: a dialética de Vygostki no ambiente de uma organização. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/170856/7.1_18%20Zona%20de%20Desenvolvimento%20Proximal%20e%20o%20comportamento%20organizacional%20a%20dil%C3%A9tica%20de%20Vygotski%20no%20ambiente%20de%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 out. 2023.

MARQUES, E. de S. A.; CARVALHO, M. V. C. de. O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. Revista Linguagens, Educação e Sociedade. Teresina, ano 21, n.35, jul/dez 2016. p. 122-142. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7449/pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

MEIRA, M. E. M. A teoria de Vigotski: conceitos e implicações para a Psicologia da Educação. In: Lígia Márcia Martins. (Org.). Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da Psicologia Sócio-Histórica. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 145-173.

MOTA, Eduardo dos Anjos. Uma Proposta De Educação Financeira Para O Curso Técnico Integrado em Zootecnia. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação PROEPT) Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9957143. Acesso em: 02 jun. 2023.

NÁDILA, A. et al. Contribuições Da Teoria De Vygotsky Para A Educação E Suas Implicações Na Prática Afetiva. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA9_ID5976_15082019073612.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

NAGATA, PT; BROENS, MC Uma Análise Da Questão Da Adesão Humana A Crenças . Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências,: [sn]. Disponível em: <https://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/cathedra/17-07-2015/000842190.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. Capitalismo para principiantes: A história dos privilégios econômicos. Editora Ática. 27 edição. São Paulo. 2003

O GLOBO. Luciana Genro se posiciona contra educação financeira nas escolas, vira alvo de críticas e é rebatida por Nath Finanças. 14/06/2022. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/luciana-genro-se-posiciona-contra-educacao-financeira-nas-escolas-vira-alvo-de-criticas-e-e-rebatida-por-nath-financas.html. Acesso em: 29 jun. 2023

OLIVEIRA, E. S.; PANTOJA, A. M. S.; AZEVEDO, R. O. M. de. A superação do tecnicismo em uma perspectiva de formação humana integral na educação profissional e tecnológica. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 389–303, 2019. DOI: 10.22169/ri.v14i31.1561. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/289. Acesso em: 08 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. Jovens e Desenvolvimento de Projetos de Extensão no Ensino Médio Integrado: Práticas Pedagógicas por uma Educação para a Cidadania Social. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.53. 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5904/3287. Acesso em: 22 out. 2023.

OPINION BOX E NATH FINANÇAS: Pesquisa Comportamento Financeiro das classes CDE - Agosto/2022. Disponível em: https://blog.opinionbox.com/comportamento-financeiro-cde/. Aceso em: 06 jun. 20234.

DICIONÁRIO OXFORD LANGUAGES. O que é neoliberalismo., em Google Resarch, 2024. Disponível em: https://abrir.link/KRoUB. Acesso em: 24 jan. 2024

PACKARD, Vance. Estratégia do Desperdício. IBRASA. São Paulo, 1965
PEREIRA, A. F. R.. Mundo do Trabalho. Glossário da Educação Profissional. Brasília - DF. 2020. Disponível em: https://www.glossariodaept.com/sobre. Acesso em: 07 nov. 2023.

PEREIRA, Junior. Sistema Límbico e as Emoções - Neuroanatomia. Youtube, 2019. Acesso em: 09 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia - Polêmicas do Nosso Tempo. 32ª ed. Campinas, SP: Cortez Editora, 1999.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2022. 286 p.

SOAPER, Aline. A Roda do Dinheiro Como Fazer a sua Roda Girar. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 2019.

SOUSA, A. R. L. D.; REIS, M. P. D. Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: Mundo Do Trabalho X Mercado Do Trabalho. Curso De Especialização Em Educação Básica Profissional IFRS – CAMPUS OSÓRIO: [s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/bitstream/handle/123456789/530/123456789530.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo (SP). Martins Fontes 2007